

**Município de  
Cabeceiras de Basto**



**Contas Consolidadas  
2021**

## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

### 1.1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem o Município de Cabeceiras de Basto apresentar as contas consolidadas relativas ao ano económico de 2021.

O artigo 75.º do citado diploma legal, prevê a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. O grupo autárquico é composto pelo Município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que esse controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O objetivo das contas consolidadas é expressar a posição de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Assim, teremos uma visão global da atividade e do equilíbrio financeiro do município, incluindo os setores que controla indiretamente.

No caso do Município de Cabeceiras de Basto, o perímetro de consolidação estende-se à Régie Cooperativa Basto Vida (detida em 80% pelo Município) e à Régie Cooperativa Terra Mais Verde (detida pelo município em 65%).

As demonstrações financeiras consolidadas e demais elementos de prestações de contas relativos ao exercício de 2021 foram preparados de acordo com o novo referencial contabilístico - SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro.

No entanto, e face à complexidade do processo de transição, não seria exequível efetivar a adoção do novo referencial contabilístico de forma completa no exercício de 2021. No contexto descrito, entendeu-se adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33 (tal como indicado pela FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística), a qual prevê um período de até três anos para o processo de transição, por forma a assegurar a plenitude do mesmo, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos/ajustamentos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas.

Trata-se de um processo contínuo, que se encontra em curso e que se pretende concluir com a maior brevidade possível, atendendo às dificuldades práticas que se colocam, à dimensão e ao nível de complexidade do mesmo.

Também no que se refere à contabilidade de gestão, persistem ainda limitações quanto ao cumprimento de todos os requisitos previstos na NCP 27, o que prejudica a qualidade e nível de detalhe das divulgações incluídas no Relatório de Gestão/Atividades, numa perspetiva analítica.

#### Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação

O atual âmbito da Lei das Finanças Locais (art.º75 da Lei nº 51/2018) estabelece que “o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”.

De seguida, no quadro 1, apresentam-se as entidades participadas pelo município e é indicado o respetivo método de consolidação utilizado.

Entidades Participantes		Participação		Incluída	Método
Tipo	Denominação	Valor	%		
Sociedade Anónima	Município, SA	4 987,98 €	0,15%	não	
Associação de Desenvolvimento Regional	ADR	29 326,83 €	4,45%	não	
Regie-Cooperativa	Regie Cooperativa "Terra + Verde"	65 000,00 €	65,00%	sim	Integral
Cooperativa	TCR - Desenv. e Promoção de Turismo Cultural e Religioso, CRL	5 000,00 €	2,85%	não	
Empresa de capitais maioritariamente privados	RESINORTE	70 348,00 €	0,88%	não	
Regie-Cooperativa	Basto Vida- Serviços de Acção Social e Cuidados de Saúde Cooperativa IPR, Lda	2 500,00 €	80,00%	sim	Integral

**Recursos Humanos**

O grupo autárquico, a 31 de Dezembro de 2021, conta com um conjunto de colaboradores, conforme quadro abaixo indicado, de forma a atenderem à prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível.

**Quadro 2- Recursos Humanos**

Denominação	N.º de colaboradore
Regie Cooperativa "Terra + Verde"	0
Basto Vida- Serviços de Acção Social e Cuidados de Saúde Cooperativa IPR, Lda	90
Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto	335
<b>Total</b>	<b>425</b>

**1.2 - ACTIVIDADES****Município de Cabeceiras de Basto**

A atividade municipal, ao longo do ano de 2021, quarto e último ano do atual mandato autárquico, foi fortemente condicionada pela pandemia COVID-19 e pela implementação de medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19.

A nossa ação foi sendo, por isso, ajustada em função do desenvolvimento da pandemia sem, contudo, deixar de ter nos documentos previsionais aprovados pela Assembleia Municipal, em 2020, a orientação necessária para a promoção do interesse público, do interesse do concelho e das suas gentes, trabalhando em prol do desenvolvimento humano, do bem-comum e da melhoria da qualidade de vida.

Para a prossecução dos objetivos e dos compromissos que assumimos com os cabeceirenses em 2017, e cumprimento do Plano e Orçamento de 2021, contámos como habitualmente com a colaboração dos autarcas do Município e das Freguesias, das associações e demais instituições concelhias, e muito particularmente com a cooperação e compreensão dos cabeceirenses em geral quando os projetos que concretizámos provocaram alteração das suas condições de fruição e de estar, causando incómodos no dia-a-dia como, designadamente as obras de Requalificação da Av. Capitão Elísio de Azevedo.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'G. Simões', 'A.', and 'M. Azevedo'.*

## Principais Destaques

Este ano fica marcado pela canalização de importantes recursos para as medidas de contenção da pandemia e resposta às necessidades emergentes de prevenção e combate à doença COVID-19. Foi Elaborado o Programa Municipal Extraordinário de Apoio Económico e Social, #CabeceirasCuida, que integrou quatro eixos de atuação com medidas de apoio às empresas e famílias que viram os seus rendimentos diminuir, e também às instituições particulares de solidariedade social e associações locais.

Destacamos a atribuição ao Município, pelo quarto ano consecutivo, do galardão ‘Autarquia + Familiarmente Responsável’ pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis.

No âmbito da cultura, de salientar a organização de algumas iniciativas, das quais destacamos a realização do projeto “De Volta à Praça”, do XX Encontro de Quadras de S. Martinho e o evento cultural “S. Miguel 2021 | A Cultura de Volta!”.

Destacamos também a apresentação pública do “Estudo Científico do Jogo do Pau”, no Âmbito do projeto “PA2. Touring Cultural do Minho.

No que diz respeito à educação, destacámos a cooperação de todas entidades envolvidas no processo educativo a que se juntaram também as Juntas de Freguesia para o desenvolvimento das ações necessárias às alterações ocorridas por causa da situação epidemiológica, designadamente na distribuição de materiais pedagógicos na casa dos alunos, no acesso a meios informáticos, na distribuição de refeições ou bens alimentares nos domicílios. Procedemos também à atribuição de dezenas de bolsas de estudo e auxílios económicos às famílias de estudantes bem como à entrega de material escolar e livros de fichas aos alunos do 1º ciclo.

Relativamente à requalificação urbanística e melhoria de acessibilidades, o ano de 2021 fica marcado pela continuação da intervenção na Av. Capitão Elísio de Azevedo, obras financiadas por fundos comunitários, através do NORTE 2020 e do Programa FEDER. Concluíram-se, neste ano, as obras de requalificação da Rua do Pinheiro, Rua Fonte S. João e da Rua Dr. Jerónimo Pacheco intervenções apoiadas igualmente por fundos comunitários através do mesmo programa. Procedeu-se à beneficiação dos pavimentos em betuminoso de várias ruas e estradas municipais.

Realizámos muitas outras obras de reparação e manutenção de edifícios, equipamentos e espaços públicos, de infraestruturização das zonas industriais, de ampliação, conservação e manutenção das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, intervenções que estão discriminadas mais à frente neste documento.

As preocupações ambientais e de promoção da qualidade de vida justificaram a plantação de dezenas de árvores no espaço público, o reforço da recolha de resíduos domésticos em épocas de férias e festas e a limpeza de lixeiras clandestinas.

Dinamizámos o Gabinete de Apoio ao Empresário e criámos um boletim informativo que publicámos no site da Câmara Municipal sempre que há matéria e informação relevante para as empresas e investidores.

Continuámos a apoiar os cidadãos na procura de emprego ou no acesso a programas de inserção através do Gabinete de Emprego e Inserção que realizou largas centenas de atendimentos. De referir que, apesar das contingências provocadas pela Pandemia com forte implicação na economia, o número de desempregados, em Cabeceiras de Basto, inscritos no Centro de Emprego, em dezembro de 2021 (648), era inferior em relação a dezembro de 2020 (724), o que representa uma redução de 10%. (fonte IEFP)

Continuámos a privilegiar os princípios e valores do rigor e da transparência na ação política. Prestámos a informação detalhada sobre a atividade municipal aos Vereadores e aos membros da Assembleia Municipal e divulgámos publicamente a informação relevante na internet (site, portal e facebook), enviando ainda notas à comunicação social que originaram inúmeras notícias nos jornais e rádios locais, regionais e nacionais.

### Basto Vida

A Basto Vida, ao longo do ano de 2021, realizou diversas atividades, em todas as áreas da sua intervenção, nomeadamente, ação social e saúde, educação e formação e parcerias institucionais. A sua atividade veio dar resposta e apoiar muitas famílias cuja debilidade económica ou social as impede de vencer dificuldades ou encontrar as melhores soluções para os seus problemas. Pretendeu a Basto Vida contribuir para o aumento da qualidade de vida das populações promovendo o envelhecimento ativo, saudável e sustentado, através da dinamização de dezoito Espaços de Convívio e Lazer, mas também da dinamização do Posto Móvel de Atendimento ao Cidadão, do Serviço de Audiologia, “Loja Social”, entre outros.

A Basto Vida assegurou ainda as atividades de enriquecimento curricular no primeiro ciclo.

A Unidade de Cuidados Continuados da Basto Vida, tem como principal objetivo a prestação de cuidados adequados, de saúde e apoio social, a indivíduos que independentemente da idade se encontrem em situação de dependência, por patologia aguda e/ou crónica com défice de autonomia nas atividades de vida diária, com critérios específicos para o processo de reabilitação, num período compreendido entre os 30 a 90 dias. Baseando a sua intervenção no princípio dos 3 R's - **Reabilitação, Readaptação e Reinserção.**

A Unidade de Cuidados Continuados da Basto Vida registou uma taxa de ocupação sempre muito próxima de 100% no ano de 2021, tornando-se uma resposta atual às necessidades de cuidados de saúde.

A Basto Vida iniciou em 02/05/2020 o desenvolvimento do Contrato Local de Desenvolvimento Social, quarta geração, que tem quatro eixos de intervenção, designadamente: Eixo 1- Emprego, Formação e Qualificação; Eixo 2 - Intervenção familiar e parental, preventiva de pobreza infantil;

Eixo 3- Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa; Eixo 4 - Auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitário. Mais uma vez, este projeto visa essencialmente, desenvolver ações de cariz social junta da população.

### Terra Mais Verde

Relativamente à Terra Mais Verde, esta Régie Cooperativa não realizou atividades de caráter relevantes.

### 1.3 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

#### 1.3.1 Balanço

Em 2021 o ativo das contas consolidadas do Município de Cabeceiras de Basto atingiu os 86,8 milhões de euros. Do total do ativo 95 % constitui o ativo não corrente e 5 % o ativo corrente.

Os ativos fixos tangíveis representam 94% do total do ativo.

As dívidas de terceiros representam 2% do ativo. Os diferimentos ascendem a 11.325 euros e dizem respeito a gastos a reconhecer.

Quadro 3- Constituição do ativo



RUBRICAS	31/12/2021 SNC-AP	31/12/2020 SNC-AP
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activos não correntes</b>		
Activos fixos tangíveis	81 957 049	87 826 233
Activos intangíveis	15 911	
Participações financeiras	477 925	477 925
Outros activos financeiros	13 783	11 099
Outras contas a receber	267 157	
	<b>82 731 824</b>	<b>88 315 257</b>
<b>Activo corrente</b>		
Inventário	211 305	184 683
Activos biológicos	0	0
Devedores por transferencias e subsídios	58 871	104 422
Devedores por empréstimos bonificados	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	455 899	494 116
Estado e outros entes públicos	0	1 330
Outras contas a receber	1 184 918	1 293 618
Diferimentos	11 325	5 501
Activos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros activos financeiros	0	0
Caixa e depósitos	2 183 460	2 511 844
	<b>4 105 778</b>	<b>4 595 514</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>86 837 602</b>	<b>92 910 771</b>

*Natime P.L.*

*[Handwritten signatures]*

#### Quadro 4 - Constituição do passivo

<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões	325 472	479 579
Financiamentos obtidos	4 051 341	3 828 656
Fornecedores de investimentos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Outras contas a pagar	181 288	
	<b>4 558 101</b>	<b>4 308 235</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Credores por transferencias e subsídios concedidos		
Fornecedores	493 626	387 496
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0
Estado e outros entes públicos	160 958	154 782
Financiamentos obtidos	0	585 724
Fornecedores de investimentos	0	28 449
Outras contas a pagar	1 574 560	1 100 800
Diferimentos	170 390	170 390
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros passivos financeiros	0	572 588
	<b>2 399 534</b>	<b>3 000 229</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>6 957 635</b>	<b>7 308 464</b>

Em relação ao passivo, as contas consolidadas do Município fecharam com um valor de 7 milhões de euros, sendo constituído em 66% por passivo não corrente e em 34% por passivo corrente.



O Património Líquido do grupo municipal totaliza 79,9 milhões de euros, no final de 2021.

### 1.3.2 - Demonstração de resultados

A demonstração de resultados por natureza permite observar a atividade do grupo Municipal de Cabeceiras de Basto, numa ótica de gastos e rendimentos incorridos durante o período em análise, evidenciando-os de maneira a permitir uma rápida constatação do montante e da forma como foi gerado o resultado obtido no exercício.

A demonstração de resultados apresenta um resultado líquido negativo na ordem de 2,5 milhões de euros.

#### Quadro 5- Evolução dos gastos

Gastos	Períodos		Variação 2020/2021
	31/12/2021	31/12/2020	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	629 218	533 656	18%
Fornecimentos e serviços externos	4 146 120	3 396 292	22%
Gastos com pessoal	7 101 388	6 741 807	5%
Transferências e subsídios concedidos	1 891 232	1 514 389	25%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 780	27 828	-72%
Outros gastos e perdas	99 443	144 661	-31%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5 133 267	4 643 491	11%
Juros e gastos similares suportados	49 900	65 062	-23%
<b>Total</b>	<b>19 058 348</b>	<b>17 067 186</b>	<b>12%</b>

As transferências e subsídios correntes concedidos tiveram um aumento de 377 mil euros comparativamente com 2020. A rubrica do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas teve um grande aumento, de 96 mil euros. À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os fornecimentos e serviços externos (22%), os gastos com o pessoal (37%) e as depreciações/amortizações do exercício (27%) que sofreram um aumento face a 2020, que se justifica com o aumento dos ativos fixos tangíveis decorrente, das aquisições.

Apresenta-se, de seguida, a análise aos rendimentos de 2021.

#### Quadro 6- Evolução dos rendimentos

Rendimentos	Períodos		Variação 2020/2021
	31/12/2021	31/12/2020	
Impostos e taxas	2 333 942	2 250 071	4%
Vendas	480 390	515 380	-7%
Prestações de serviços e concessões	2 238 166	2 196 209	2%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	9 960 871	8 982 384	11%
Trabalhos para a própria entidade	317 473	211 543	50%
Provisões (aumentos/reduções)	154 107	45 261	240%
Outros rendimentos e ganhos	1 105 160	1 225 617	-10%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	11 040	-100%
<b>Total</b>	<b>16 590 110</b>	<b>15 437 505</b>	<b>8%</b>

**1.4 - Previsão/Evolução Futura**

O Grupo Municipal é constituído pelo Município de Cabeceiras de Basto, a Régie Cooperativa Basto Vida e a Régie Cooperativa Terra Mais Verde.

*Handwritten signatures and notes in blue ink:*  
Terra Mais Verde  
Régie Cooperativa Basto Vida  
Municipal

**2-DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS**







## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (R)						TOTAL	2020
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS			
RA01	Saldo de gerência anterior	644 922						2 417 117	1 698 419
RI01	Operações orçamentais [1]	644 922		794 764	245 174			1 684 861	953 102
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais			794 764	245 174				953 102
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras								
RI03	Operações de tesouraria [A]					732 256		732 256	745 316
RA02	Receita corrente	14 873 111						14 873 111	13 974 983
R1	Receita fiscal	1 854 134						1 854 134	1 736 554
R1.1	Impostos diretos	1 849 505						1 849 505	1 731 305
R1.2	Impostos indiretos	4 629						4 629	5 249
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e								
R3	Taxas, multas e outras penalidades	473 049						473 049	525 442
R4	Rendimentos de propriedade	619 798						619 798	638 797
R5	Transferências e subsídios correntes	9 738 706						9 738 706	8 939 486
R5.1	Transferências correntes	9 738 706						9 738 706	8 939 486
R5.1.1	Administrações Públicas	9 464 415						9 464 415	8 773 909
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	9 377 693						9 377 693	8 671 773
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	199 035						199 035	162 136
R5.1.1.3	Segurança Social								
R5.1.1.4	Administração Regional								
R5.1.1.5	Administração Local								
R5.1.2	Exterior - U E								
R5.1.3	Outras								165 577
R5.1.5	Administração Local								
R5.2	Subsídios correntes								
R6	Venda de bens e serviços	2 090 821						2 090 821	2 053 517
R7	Outras receitas correntes	96 602						96 602	81 187
RA03	Receita de capital	2 607 511		165 014				2 772 525	2 693 973
R8	Venda de bens de investimento	2 905						2 905	93 827
R9	Transferências e subsídios de capital	2 604 606		165 014				2 769 620	2 567 295
R9.1	Transferências de capital	2 604 606		165 014				2 769 620	2 567 295
R9.1.1	Administrações Públicas	1 778 259		165 014				1 943 273	2 157 878
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 738 259		165 014				1 903 273	2 117 878
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	40 000						40 000	40 000
R9.1.1.3	Segurança Social								
R9.1.1.4	Administração Regional								
R9.1.1.5	Administração Local								
R9.1.2	Exterior - U E								
R9.1.3	Outras	826 347						826 347	409 417
R9.2	Subsídios de capital								
R10	Outras receitas de capital								32 851
RA04	Receita efetiva [2]	17 491 547		165 014				17 656 561	16 668 956
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	10 925						10 925	
RA05	Receita não efetiva [3]				217 610			217 610	245 174
R12	Receita com ativos financeiros								
R13	Receita com passivos financeiros				217 610			217 610	245 174
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	18 136 469		959 778	462 784			19 559 031	17 867 232
ROT1	Operações de tesouraria [8]					776 278		776 278	174 653
DA01	Despesa corrente	12 722 513						12 722 513	11 679 403
D1	Despesas com o pessoal	7 151 569						7 151 569	6 753 056
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	5 538 473						5 538 473	5 301 400
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	96 277						96 277	84 637
D1.3	Segurança social	1 516 818						1 516 818	1 367 018
D2	Aquisição de bens e serviços	4 142 562						4 142 562	3 818 357
D3	Juros e outros encargos	44 037						44 037	82 821
D4	Transferências e subsídios correntes	1 320 474						1 320 474	975 992
D4.1	Transferências correntes	1 285 974						1 285 974	937 774
D4.1.1	Administrações Públicas	391 794						391 794	344 536
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D4.1.1.3	Segurança Social								
D4.1.1.4	Administração Regional								
D4.1.1.5	Administração Local	391 794						391 794	344 536
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	183 412						183 412	282 908
D4.1.3	Famílias	710 768						710 768	310 330
D4.1.4	Outras								
D4.2	Subsídios Correntes	34 500						34 500	38 217
D5	Outras despesas correntes	63 872						63 872	49 178
DA02	Despesa de capital	4 920 432						4 920 432	3 860 311
D6	Aquisição de bens de capital	4 349 674						4 349 674	3 324 413
D7	Transferências e subsídios de capital	570 758						570 758	535 898
D7.1	Transferências de capital	570 758						570 758	535 898
D7.1.1	Administrações Públicas	72 524						72 524	95 328
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D7.1.1.3	Segurança Social								
D7.1.1.4	Administração Regional								
D7.1.1.5	Administração Local	72 524						72 524	95 328
D7.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	407 432						407 432	347 086
D7.1.3	Famílias	90 802						90 802	93 484
D7.1.4	Outras								
D7.2	Subsídios de capital								
D8	Outras despesas de capital								
DA03	Despesa efetiva [5]	17 642 945						17 642 945	15 539 714
DA04	Despesa não efetiva [6]	585 619						585 619	547 931
D9	Despesa com ativos financeiros	4 973						4 973	10 229
D10	Despesa com passivos financeiros	580 646						580 646	537 701
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	18 228 564						18 228 564	16 087 645
DOT1	Operações de tesouraria [C]					750 143		750 143	187 713
DA06	Saldo para a gerência seguinte	- 92 095		959 778	462 784	758 391		2 088 858	2 511 844
DA07	Operações orçamentais [B] = [4]-[7]	- 92 095		959 778	462 784	758 391		1 330 467	1 779 587
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					758 391		758 391	732 256
DA09	Saldo global [2] - [5]	- 140 473		165 014				24 541	1 129 241
DA10	Despesa primária	17 598 908						17 598 908	15 458 893
DA11	Saldo corrente	2 150 598						2 150 598	2 295 580
DA12	Saldo de capital	- 2 314 154		165 014				- 2 149 140	1 166 338
DA13	Saldo primário	- 103 361		165 014				61 653	1 212 063
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	18 147 394		959 778	462 784			19 569 956	17 867 232
DA15	Despesa total [5] + [6]	18 228 564						18 228 564	16 087 645

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	2 021
	<b>Recelta corrente</b>	<b>602 634</b>
R1	Receita fiscal	1 188
R1.1	Impostos diretos	0
R1.2	Impostos indiretos	1 188
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	120 394
R4	Rendimentos de propriedade	0
R5	Transferências e subsídios correntes	1 264
R5.1	Transferências correntes	0
R5.1.1	Administrações Públicas	1 264
R5.1.2	Exterior - U E	0
R5.1.3	Outras	0
R5.2	Subsídios correntes	0
R6	Venda de bens e serviços	443 082
R7	Outras receitas correntes	36 706
	<b>Recelta de capital</b>	<b>0</b>
R8	Venda de bens de investimento	0
R9	Transferências e subsídios de capital	0
R9.1	Transferências de capital	0
R9.1.1	Administrações Públicas	0
R9.1.2	Exterior - U E	0
R9.1.3	Outras	0
R9.2	Subsídios de capital	0
R10	Outras receitas de capital	0
RA04	<b>Recelta efetiva [2]</b>	<b>602 634</b>
RA05	<b>Recelta não efetiva [3]</b>	<b>0</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0
R13	Receita com passivos financeiros	0
RA06	<b>Recelta Total [4]=[2]+[3]</b>	<b>602 634</b>
RUBRICA	OBRIGAÇÕES	2 021
DA01	<b>Despesa corrente</b>	<b>321 306</b>
D1	Despesas com o pessoal	152 664
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	61 875
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 071
D1.3	Segurança social	89 717
D2	Aquisição de bens e serviços	168 643
D3	Juros e outros encargos	0
D4	Transferências e subsídios correntes	0
D4.1	Transferências correntes	0
D4.1.1	Administrações Públicas	0
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	0
D4.1.3	Famílias	0
D4.1.4	Outras	0
D4.2	Subsídios Correntes	0
D5	Outras despesas correntes	0
DA02	<b>Despesa de capital</b>	<b>79 893</b>
D6	Aquisição de bens de capital	79 893
D7	Transferências e subsídios de capital	0
D7.1	Transferências de capital	0
D7.1.1	Administrações Públicas	0
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0
D7.1.3	Famílias	0
D7.1.4	Outras	0
D7.2	Subsídios de capital	0
D8	Outras despesas de capital	0
DA03	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>401 200</b>
DA04	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>0</b>
D9	Despesa com ativos financeiros	0
D10	Despesa com passivos financeiros	0
DA05	<b>Despesa total[7]=[5]+[6]</b>	<b>401 200</b>

  
At: 21/03/2021  
  
  
  
  
CMB

### 3-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## BALANÇO

RUBRICAS	31/12/2021 SNC-AP	31/12/2020 SNC-AP
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activos não correntes</b>		
Activos fixos tangíveis	81 957 049	87 826 233
Activos intangíveis	15 911	
Participações financeiras	477 925	477 925
Outros activos financeiros	13 783	11 099
Outras contas a receber	267 157	
	<b>82 731 824</b>	<b>88 315 257</b>
<b>Activo corrente</b>		
Inventário	211 305	184 683
Activos biológicos	0	0
Devedores por transferencias e subsidios	58 871	104 422
Devedores por empréstimos bonificados	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	455 899	494 116
Estado e outros entes públicos	0	1 330
Outras contas a receber	1 184 918	1 293 618
Diferimentos	11 325	5 501
Activos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros activos financeiros	0	0
Caixa e depósitos	2 183 460	2 511 844
	<b>4 105 778</b>	<b>4 595 514</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>86 837 602</b>	<b>92 910 771</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Patrimonio/Capital	50 568 191	50 568 191
Outros instrumentos de capital próprio	0	0
Prémios de emissão	0	0
Reservas	264 760	259 535
Resultados transitados	3 063 573	9 628 296
Ajustamentos em activos financeiros	0	0
Excedentes de revalorização	0	0
Outras variações no património líquido	27 882 433	26 208 165
Resultado líquido do período	-2 491 014	-1 642 700
Interesses que não controlam	592 025	580 820
	<b>79 879 969</b>	<b>85 602 307</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões	325 472	479 579
Financiamentos obtidos	4 051 341	3 828 656
Fornecedores de investimentos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Outras contas a pagar	181 288	
	<b>4 558 101</b>	<b>4 308 235</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Credores por transferencias e subsidios concedidos		
Fornecedores	493 626	387 496
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0
Estado e outros entes públicos	160 958	154 782
Financiamentos obtidos	0	585 724
Fornecedores de investimentos	0	28 449
Outras contas a pagar	1 574 560	1 100 800
Diferimentos	170 390	170 390
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros passivos financeiros	0	572 588
	<b>2 399 534</b>	<b>3 000 229</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>6 957 635</b>	<b>7 308 464</b>
	<b>86 837 602</b>	<b>92 910 771</b>

*Atividade*

*M*

*Coelho*



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31/12/2021 SNC-AP	31/12/2020 SNC-AP
Impostos e taxas		2 333 942	2 250 071
Vendas		480 390	515 380
Prestações de serviços e concessões		2 238 166	2 196 209
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos		9 960 871	8 982 384
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		317 473	211 543
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-629 218	-533 656
Fornecimentos e serviços externos		-4 146 120	-3 396 292
Gastos com pessoal		-7 101 388	-6 741 807
Transferências e subsídios concedidos		-1 891 232	-1 514 389
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-7 780	-27 828
Provisões (aumentos/reduções)		154 107	45 261
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0	0
Aumentos/reduções de justo valor		0	0
Outros rendimentos e ganhos		1 105 160	1 225 617
Outros gastos e perdas		-99 443	-144 661
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>2 714 929</b>	<b>3 067 832</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-5 133 267	-4 643 491
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>-2 418 338</b>	<b>-1 575 659</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0	11 040
Juros e gastos similares suportados		-49 900	-65 062
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-2 468 238</b>	<b>-1 629 680</b>
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-2 468 238</b>	<b>-1 629 680</b>
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		-2 491 014	-1 642 700
Interesses que não controlam		22 776	13 020



## FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	Anos	
		2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		3 027 089 €	2 766 509 €
Recebimentos de contribuintes		1 849 505 €	1 737 393 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9 084 415 €	8 466 507 €
Recebimentos de utentes		470 285 €	525 502 €
Pagamentos a fornecedores		-4 724 889 €	-4 197 333 €
Pagamentos ao pessoal		-6 648 383 €	-6 581 807 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 320 474 €	-975 992 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1 737 550 €</b>	<b>1 740 778 €</b>
Outros recebimentos/pagamentos		-416 052 €	375 667 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>1 321 498 €</b>	<b>2 116 445 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4 004 429 €	-3 028 211 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-5 040 €	-12 536 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		2 905 €	93 827 €
Recebimentos - Transferências de capital		2 769 620 €	2 527 295 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-1 236 945 €</b>	<b>-419 626 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		217 610 €	245 174 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		0 €	9 529 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-580 646 €	-537 701 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-49 900 €	-64 498 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0 €	-535 898 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>-412 936 €</b>	<b>-883 394 €</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2 511 844 €	1 698 419 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2 183 460 €	2 511 844 €
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2 511 844 €	1 698 419 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		2 511 844 €	1 698 419 €
<b>SGA De execução orçamental</b>		<b>1 444 656 €</b>	<b>580 443 €</b>
<b>SGA De operações de tesouraria</b>		<b>732 256 €</b>	<b>745 316 €</b>
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2 183 460 €	2 511 844 €
<b>Saldo para a gerência seguinte (SGS)</b>		<b>2 183 460 €</b>	<b>2 511 844 €</b>
<b>SGS De execução orçamental</b>		<b>1 425 069 €</b>	<b>1 779 587 €</b>
<b>SGS De operações de tesouraria</b>		<b>758 391 €</b>	<b>732 256 €</b>

*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
 - Top right: *Final - c*  
 - Middle right: *M*  
 - Bottom right: *Handwritten signature*

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária:EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais										Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital / Património Realizado	Outros Instrumentos de capital próprios	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam			
Posição no início do período	(1)	50 568 191	0	259 535	9 628 296	0	26 208 165	-1 642 700	85 021 487	580 820	85 602 307			
Alterações no período														
Primeira adoção do novo referencial contabilístico														
Outras Alterações Reconhecidas no Património Líquido	(2)	0	0	5 225	-4 906 354	0	1 674 268	1 642 700	-4 906 354	-11 571	-4 906 354			
Resultado Líquido do Período	(3)	0	0	5 225	-1 658 369	0	1 674 268	1 642 700	1 663 824	-11 571	1 652 254			
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)				-6 564 723	0		-2 491 014	-3 242 529	-11 571	-3 254 100			
Posição no fim do período	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	50 568 191	0	264 760	3 063 573	0	27 882 433	-848 314	79 287 944	592 025	79 879 969			

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Abtimol" and other illegible marks.*

~~Assinatura~~  
Assinatura  
Assinatura  
Assinatura  
Assinatura  
Assinatura

#### 4- ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

**Período de relato e referencial contabilístico**

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e surgiu da necessidade de se dispor de um sistema contabilístico que responda às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro, que contribua decisivamente para o rigor e transparência na gestão pública.

A implementação deste novo modelo implicou um processo de transição e a sua entrada em vigor para a Administração Local e entidades reclassificadas foi sucessivamente adiada. Mais recentemente, o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, veio determinar a aplicação deste novo referencial contabilístico às entidades pertencentes ao subsetor da administração local com efeitos ao exercício de 2020.

No entanto, depois de analisada a questão com os nossos serviços técnicos e com o Auditor Externo do Município, entendemos que face à complexidade do processo de transição, não seria exequível efetivar a adoção do novo referencial contabilístico de forma completa no exercício de 2020. No contexto descrito, entendeu-se adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33 (tal como indicado pela FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística), a qual prevê um período de até três anos para o processo de transição, por forma a assegurar a plenitude do mesmo, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos/ajustamentos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas.

Nesse sentido, têm sido desenvolvidos todos os esforços no sentido de avançar com o referido processo, estimando-se que o mesmo fique integralmente concluído até ao final de 2022.

As demonstrações financeiras e demais elementos de prestações de contas relativos ao exercício de 2021 foram preparados de acordo com o novo referencial contabilístico - SNC-AP, apesar de ainda não ter sido possível determinar de forma rigorosa e integral todos os correspondentes e necessários ajustamentos de transição. Trata-se de um processo contínuo, que se encontra em curso e que se pretende concluir com a maior brevidade possível, atendendo às dificuldades práticas que se colocam, à dimensão e ao nível de complexidade do mesmo. Também no que se refere à contabilidade de gestão, persistem ainda limitações quanto ao cumprimento de todos os requisitos previstos na NCP 27, o que prejudica a qualidade e nível de detalhe das divulgações incluídas no Relatório de Gestão/Atividades, numa perspetiva analítica.

## Nota 1 - Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

## 1.1 - Entidades incluídas na consolidação



- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas  
b) Entidade controlada pelo Município de Cabeceiras de Basto

## 1.2 - Entidades não incluídas na consolidação

Denominação	Sede Social	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs.
				Direto	Indireto	
Município, SA	TAGUSPARK-Edif. Ciência II n.º 11 3.º B 2740-120 Porto Salvo	3 236 678,67 €	4 987,98 €	0,15%		
ADR	Apartado 60 4600 Amarante	500 000,00 €	29 326,83 €	4,45%		
TCR - Desenv. e Promoção de Turismo Cultural e Religioso, CRL	Av. General Norton de Matos n.º 50, 1º 4700-387 Braga	182 625,00 €	5 000,00 €	2,85%		
RESINORTE	Codessosos, Apartado 27 4890- 166 Celorico de Basto	8 000 000,00 €	70 348,00 €	0,88%		

## 1.3- Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes no dia 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição:

Conta	31/12/2021		31/12/2020	
Caixa		18 093 €		17 308 €
Depósitos à ordem		2 165 368 €		2 494 536 €
Depósitos bancários à ordem	1 715 641 €		2 048 746 €	
Depósitos a prazo				
Depósitos consignados				
Depósitos de garantias e cauções	449 727 €		445 790 €	
<b>Total de caixa e depósitos</b>		<b>2 183 460 €</b>		<b>2 511 844 €</b>

De referir que, a Régie Cooperativa Basto Vida e a Terra Mais Verde, ambas se enquadram no perímetro de consolidação financeira, sendo que, para efeitos de consolidação orçamental, apenas integra o perímetro de consolidação a Régie Cooperativa Basto Vida (o que explica as diferenças existentes no Mapa de Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental e Mapa de Fluxos de Caixa, relativamente ao saldo de caixa e seus equivalentes, no fim e início do período).

**Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As demonstrações financeiras consolidadas e demais elementos de prestações de contas relativos ao exercício de 2021 foram preparados de acordo com o novo referencial contabilístico - SNC-AP, apesar de ainda não ter sido possível determinar de forma rigorosa e integral todos os correspondentes e necessários ajustamentos de transição no Município e na Régie Cooperativa Terra Mais Verde.

**Ativos fixos tangíveis**

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

**Participações financeiras**

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

**Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando as taxas constantes do CIBE, no caso dos bens móveis adquiridos até 2019 foi efetuado o respetivo ajustamento, avaliado de forma casuística, no caso dos edifícios e outras construções, sendo apurado o valor de 4, 9 milhões de euros. Relativamente aos bens adquiridos a partir de 2020, consideramos a vida útil de referência que consta no CC2.

**Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das partes por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

**Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.



**Nota 3 - Ativos Intangíveis**

No período findo a 31 de dezembro de 2021, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	
Ativos Intangíveis		17 941 €					-2 030 €		15 911 €
Ativos intangíveis de domínio público, Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de		17 941 €					-2 030 €		15 911 €
Propriedade industrial e intelectual									
Outros									
Ativos intangíveis em curso									
<b>TOTAL</b>		<b>17 941 €</b>					<b>-2 030 €</b>		<b>15 911 €</b>

**Nota 4 - Acordos de concessão de serviços**

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com a informação fundamental. Estes contratos referem-se somente ao Município de Cabeceiras de Basto.

Acordo de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP Distribuição, S.A.	-	20 A	-	-	-	-

Não foi possível a aplicação da NCP 4, a qual requeria que o Município efetuasse o registo de todos os ativos incluídos na concessão (e registados pela concessionária como ativo intangível) no seu ativo fixo tangível. Tal revelou-se inexecutável por falta de informação da concessionária acerca dos bens incluídos na concessão, com o necessário rigor e detalhe, para o Município poder efetuar os correspondentes registos contabilísticos, nos termos previstos no normativo aplicável (NCP 4).

**Nota 5 - Ativos fixos tangíveis**

No período findo a 31 de dezembro de 2021, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:



Quadro 5.1- Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (8)	Perdas por Imparidade acumuladas (7)	Quantia Escriturada (9)=(6)-(8)-(7)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	678 903 €			678 903 €	678 903 €			678 903 €
Edifícios e outras construções	5 730 460 €	726 761 €		5 003 700 €	5 793 977 €	2 417 691 €		3 376 285 €
Infraestruturas	85 023 895 €	54 772 910 €		30 250 984 €	86 281 117 €	59 038 044 €		27 243 073 €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €		- €	- €	- €		- €
Outros	1 095 648 €	141 557 €		954 091 €	1 095 648 €	215 310 €		880 339 €
Bens de domínio público em curso	- €	- €		- €	- €	- €		- €
	92 528 907 €	55 641 228 €	- €	36 887 679 €	93 849 646 €	61 671 045 €	- €	32 178 601 €
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Outros								
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	6 456 384 €			6 456 384 €	6 456 384 €			6 456 384 €
Edifícios e outras construções	33 622 972 €	5 538 860 €		28 084 112 €	34 027 805 €	9 123 482 €		24 904 323 €
Equipamento básico	910 513 €	634 701 €		275 812 €	1 003 728 €	739 168 €		264 560 €
Equipamento de transporte	1 479 522 €	1 177 424 €		302 098 €	1 851 290 €	1 328 579 €		522 711 €
Equipamento administrativo	1 595 472 €	1 517 366 €		78 107 €	1 601 537 €	1 536 335 €		65 202 €
Equipamentos biológicos	- €	- €		- €	- €	- €		- €
Outros	4 134 636 €	3 349 567 €		785 069 €	4 225 874 €	3 426 743 €		799 131 €
Ativos fixos tangíveis em curso	14 956 972 €	- €		14 956 972 €	16 766 139 €	- €		16 766 139 €
	63 156 472 €	12 217 917 €	- €	50 938 554 €	65 932 757 €	16 154 308 €	- €	49 778 449 €
<b>Total</b>	<b>155 685 378 €</b>	<b>67 859 145 €</b>	<b>- €</b>	<b>87 826 233 €</b>	<b>159 782 402 €</b>	<b>77 825 353 €</b>	<b>- €</b>	<b>81 957 049 €</b>

Quadro 5.2- Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Final do período								Quantia Escriturada Final (9)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(10)
		Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Revotorizações (4)	Reversões de Perdas por Imparidade (5)	Perdas por Imparidade (6)	Depreciações do Período (7)	Diferenças Cambiais (8)	Diminuições (10)	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>										
Terrenos e recursos naturais	678 903 €	-00 €								678 903 €
Edifícios e outras construções	5 003 700 €	63 517 €					-1 690 931 €			3 376 285 €
Infraestruturas	30 250 984 €	1 257 223 €					-4 265 134 €			27 243 073 €
Património histórico, artístico e cultural	-00 €	-00 €					-73 753 €			-00 €
Outros	954 091 €	-00 €								880 339 €
Bens de domínio público em curso	-00 €	-00 €								-00 €
	36 887 679 €	1 320 739 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-6 029 818 €	-00 €	-00 €	32 178 601 €
<b>Ativos fixos em concessão</b>										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Outros										
Ativos fixos em concessão em curso	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>										
Terrenos e recursos naturais	6 456 384 €	-00 €								6 456 384 €
Edifícios e outras construções	28 084 112 €	311 295 €					-3 651 267 €			24 744 141 €
Equipamento básico	275 812 €	60 215 €					-87 269 €			248 758 €
Equipamento de transporte	302 098 €	371 768 €					-151 155 €			522 711 €
Equipamento administrativo	78 107 €	39 065 €					-36 168 €			81 004 €
Equipamentos biológicos	-00 €	-00 €								-00 €
Outros	785 069 €	86 248 €					-81 804 €			789 512 €
Ativos fixos tangíveis em curso	14 956 972 €	2 150 666 €							-171 700 €	16 935 939 €
	50 938 554 €	3 019 257 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-4 007 662 €	-00 €	-171 700 €	49 778 449 €
<b>Total</b>	<b>87 826 233 €</b>	<b>4 339 996 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-10 037 480 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-171 700 €</b>	<b>81 957 049 €</b>

## dro 5.2A- Ativos fixos tangíveis - Adições

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou Perda a favor do Estado	Daño em pagamento	Locação financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>											-00 €
Terrenos e recursos naturais											-00 €
Edifícios e outras construções	18 135 €									45 382 €	63 517 €
Infraestruturas	753 278 €									503 945 €	1 257 223 €
Património histórico, artístico e cultural											-00 €
Outros											-00 €
<b>Bens de domínio público em curso</b>											-00 €
	771 413 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	549 326 €	1 320 739 €
<b>Ativos fixos em concessão</b>											-00 €
Terrenos e recursos naturais											-00 €
Edifícios e outras construções											-00 €
Infraestruturas											-00 €
Património histórico, artístico e cultural											-00 €
Outros											-00 €
<b>Ativos fixos em concessão em curso</b>											-00 €
	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>											-00 €
Terrenos e recursos naturais											-00 €
Edifícios e outras construções	244 023 €	5 071 €								62 201 €	311 295 €
Equipamento básico	45 481 €	14 734 €									60 215 €
Equipamento de transporte	347 168 €	24 600 €									371 768 €
Equipamento administrativo	35 995 €	3 070 €									39 065 €
Equipamentos biológicos											-00 €
Outros	86 248 €										86 248 €
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>											-00 €
	2 150 666 €										2 150 666 €
	2 909 581 €	47 475 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	62 201 €	3 019 257 €
<b>Total</b>	<b>3 680 993 €</b>	<b>47 475 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>611 527 €</b>	<b>4 339 996 €</b>

## Quadro 5.2 B- Ativos fixos tangíveis - Diminuições

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>						-00 €
Terrenos e recursos naturais						-00 €
Edifícios e outras construções						-00 €
Infraestruturas						-00 €
Património histórico, artístico e cultural						-00 €
Outros						-00 €
<b>Bens de domínio público em curso</b>						-00 €
	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
<b>Ativos fixos em concessão</b>						-00 €
Terrenos e recursos naturais						-00 €
Edifícios e outras construções						-00 €
Infraestruturas						-00 €
Património histórico, artístico e cultural						-00 €
Outros						-00 €
<b>Ativos fixos em concessão em curso</b>						-00 €
	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						-00 €
Terrenos e recursos naturais						-00 €
Edifícios e outras construções						-00 €
Equipamento básico						-00 €
Equipamento de transporte						-00 €
Equipamento administrativo						-00 €
Equipamentos biológicos						-00 €
Outros						-00 €
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>						-00 €
					-171 700 €	-171 700 €
	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-171 700 €	-171 700 €
<b>Total</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-00 €</b>	<b>-171 700 €</b>	<b>-171 700 €</b>

**Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos**

Em 31 de Dezembro de 2021 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, é o seguinte:

Designação	31/12/2021	31/12/2020
Juros com empréstimos obtidos	27 592	33 661
<b>Total</b>	<b>27 592</b>	<b>33 661</b>

Estes valores referem-se somente ao Município de Cabeceiras de Basto

**Nota 9- Imparidade de ativos**

Rubricas	2021	2020
Utentes CC	7 780	27 828
<b>Total</b>	<b>7 780</b>	<b>27 828</b>

Estes valores referem-se somente à Régie Cooperativa Basto Vida

**Nota 10- Inventários**

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2021.

Informação dos valores da conta de inventários e movimentos ocorridos no período:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final <small>(1) + (2) + (3) - (4) - (5) + (6) - (7) + (8)</small>
		Compras Líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Mercadorias									
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	184 683 €	655 840 €	629 218 €						211 305 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
<b>Total</b>	<b>184 683 €</b>	<b>655 840 €</b>	<b>629 218 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>211 305 €</b>

**Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação**

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.



Tipo de rendimento	Resultados	Património líquido	Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
			Início do período	Final do período	
<b>Impostos diretos</b>	<b>1 437 203 €</b>				
Derrama	44 871 €				
Imposto municipal sobre imóveis					
Imposto único de circulação					
Outros	1 392 332 €				
<b>Impostos indiretos</b>	<b>399 471 €</b>				
Loteamentos e obras					
Ocupação da via pública	1 112 €				
Publicidade	280 €				
Taxa municipal de direitos de passagem	3 640 €				
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	394 439 €				
Outros					
<b>Taxas</b>	<b>493 352 €</b>				
Mercados e feiras	607 €				
Loteamentos e obras	150 118 €				
Ocupação da via pública	12 903 €				
Saneamento	304 693 €				
Licença sobre o ruído					
Caça e pesca	8 825 €				
Outras	16 207 €				
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>3 916 €</b>				
Multas e outras penalidades					
Juros de mora	1 745 €				
Coimas e penalidades por contraordenações	2 155 €				
Outras multas e penalidades	15 €				
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos (transferências sem condição)</b>	<b>9 596 206 €</b>				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	6 970 922 €				
Fundo Social Municipal	445 190 €				
Participação IRS	258 893 €				
Transferência de Competências-Lei 50/2018	228 650 €				
Participação IVA	86 723 €				
Outros	1 605 828 €				
<b>Subsídios sem condição</b>	<b>428 409 €</b>		104 422 €	58 871 €	
<b>TOTAL</b>	<b>12 358 557 €</b>		<b>104 422 €</b>	<b>58 871 €</b>	

Atimaf.1

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the table.

**Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

O valor das provisões ascende a 325.471,58 euros, valor que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total de aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total de diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)-(9)
Impostos, contribuições e taxas					- €				- €	- €
Garantias a clientes					- €				- €	- €
Processos judiciais em curso	479 579 €				- €			154 107 €	154 107 €	325 472 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					- €				- €	- €
Matérias ambientais					- €				- €	- €
Contratos onerosos					- €				- €	- €
Reestruturação e reorganização					- €				- €	- €
Outras provisões					- €				- €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>479 579 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>154 107 €</b>	<b>154 107 €</b>	<b>325 472 €</b>

**Nota 20 - Divulgação das partes relacionadas**

Quadro 20.1 - Divulgação de partes relacionadas - Listagem de entidades controladas

Designação	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	%Controlo		Controlo final
					Direto	Indireto	
Basto Vida- Serviços de Acção Social e Cuidados de Saúde -Cooperativa IPR,Lda	Cooperativa IPR,Lda	Cabeceiras de Basto	2 500,00 €	2 000,00 €	80%		80%
Régie-Cooperativa - Terra Mais Verde	Régie-Cooperativa	Cabeceiras de Basto	100 000,00 €	65 000,00 €	65%		65%

Quadro 20.2 - Divulgação de partes relacionadas - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Basto Vida- Serviços de Acção Social e Cuidados de Saúde -Cooperativa IPR,Lda	Entidade Controlada	Contrato-Programa	380 000,00 €	100%	- €

**Nota 23 - Outras divulgações****23.1 - Estado e Outros Entes Públicos**

Em 31/12/2021, as rubricas de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Retenção de impostos sobre rendimentos		29 061		29 096
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		3 045	1 330	
Outros impostos		6		6
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		127 967		124 573
Outras tributações		879		1 107
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>160 958</b>	<b>1 330</b>	<b>154 782</b>



**23.2 - Outras Contas a Receber e a Pagar**

Detalhe da rubrica de Outras contas a receber e a pagar:

Outras contas a receber e a pagar	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldo a receber</b>	<b>1 699 688</b>	<b>1 892 156</b>
Clientes, contribuintes e utentes	455 899	494 116
Devedores por transferências e subsídios	58 871	104 422
Outros devedores e credores	1 184 918	1 293 618
<b>Saldo a pagar</b>	<b>2 068 186</b>	<b>2 089 333</b>
Fornecedores	493 626	387 496
Fornecedores de investimento	0	28 449
Outros devedores e credores	1 574 560	1 100 800
Outros passivos financeiros	0	572 588

*Handwritten signatures and notes:*  
 Natimãl.c.  
 J. D.  
 J. M.  
 C. M.

**23.3 - Fornecimentos e serviços externos**

A rubrica de fornecimentos e serviços externos a 31 de Dezembro tinha a seguinte composição:

Fornecimentos e serviços externos	31/12/2021	31/12/2020
Subcontratos e parcerias	2 661	
Serviços especializados	1 622 763	1 515 624
Materiais de consumo	322 399	335 445
Energia e fluidos	1 341 736	804 132
Deslocações, estadas e transportes	4 545	8 960
Serviços diversos	852 017	732 131
<b>Total</b>	<b>4 146 120</b>	<b>3 396 292</b>

**23.4 - Gastos com pessoal**

Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo da conta gastos com pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Gastos com pessoal	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	168 537	177 345
Remunerações do pessoal	5 412 025	5 044 441
Encargos sobre remunerações	1 263 699	1 197 433
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	75 395	61 875
Outros gastos com o pessoal	164 587	241 193
Outros encargos sociais	17 144	19 518
<b>Total</b>	<b>7 101 388</b>	<b>6 741 807</b>



## 23.5 - Transferências e subsídios concedidos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Transferências e subsídios concedidos	1 320 474	590 308
Subsídios correntes concedidos		385 619
Transferências de capital concedidas	570 758	538 462
<b>Total</b>	<b>1 891 232</b>	<b>1 514 389</b>

## Nota Final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo Municipal ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



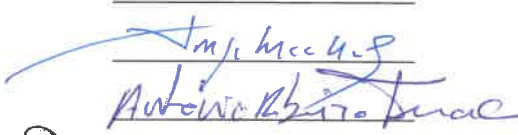

*At. Municipal*

*[Handwritten signatures]*

**APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL**

O presente processo referente à Consolidação de Contas do ano de 2021, foi aprovado por \_\_\_\_\_, pela Câmara Municipal, de harmonia com o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela legislação posterior, na sua reunião realizada no dia \_\_\_\_\_, para ser presente à Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara,

  
\_\_\_\_\_  
  
António Pedro Torres  
  
António Brito Soares  
  
\_\_\_\_\_

**APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

As Contas Consolidadas, referentes ao ano de 2021, que antecedem, foram presentes e aprovadas em sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_, tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pelos elementos da mesa, que abaixo assinam.

O Presidente

\_\_\_\_\_

O 1º Secretário

O 2º Secretário

  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Cabeceiras de Basto** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 86 837 602 euros e um total de património líquido de 79 879 969 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores do capital da entidade-mãe negativo de 2 491 014 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Cabeceiras de Basto** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

### Bases para a opinião com reservas

1. Conforme referido nas Certificações Legais das Contas de exercícios anteriores, pelo facto de ainda se encontrar em curso um trabalho especialmente destinado à elaboração de estudo/dossier relativo à reflexão contabilística dos ativos fixos tangíveis do Município, cuja conclusão tem sido prejudicada pelos constrangimentos e efeitos decorrentes da situação pandémica que enfrentamos, persistem as limitações já anteriormente identificadas quanto à plenitude e rigor dos registos contabilísticos referentes à rubrica de ativos fixos tangíveis e correspondentes subsídios ao investimento (relevados no património líquido). Deste modo, consideramos ainda não dispor da prova de auditoria suficiente e apropriada para apurar e quantificar a eventual necessidade de ajustamentos no ativo e património líquido (resultados transitados, outras variações no património líquido) do Grupo decorrentes da situação descrita, bem como os correlativos efeitos no resultado consolidado do exercício, quer ao nível das depreciações, quer ao nível dos rendimentos referentes a trabalhos para a própria entidade e à imputação dos subsídios.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### **Ênfase**

Conforme divulgado no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, dada a complexidade do processo de transição para o novo referencial contabilístico (SNC-AP), o Grupo entendeu adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33 (tal como indicado na FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística), a qual prevê um período de três anos para a referida transição, por forma a assegurar a plenitude da mesma, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas. Face ao contexto descrito, apesar de os elementos de prestação das contas consolidadas referentes ao exercício de 2021 terem sido preparados e apresentados de acordo com o SNC-AP, os mesmos não cumprem ainda de forma integral e rigorosa todos os requisitos previstos no novo normativo, estimando-se que o processo de transição fique totalmente concluído até ao final do exercício de 2022.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão

e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

– comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas**

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo, que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita de 19 559 031 euros e um total de despesa de 18 228 564 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Pelo facto de o processo de transição para SNC-AP não se encontrar ainda totalmente concluído, conforme já referido acima, será necessário o Grupo proceder a alterações e implementar melhorias, de forma a garantir o integral e rigoroso cumprimento da NCP 26 quanto à preparação das demonstrações orçamentais consolidadas.

Em nossa opinião, exceto quanto à situação descrita, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

### **Sobre o relatório consolidado de gestão**

Tendo em conta o enquadramento descrito na secção “Ênfase” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, o relatório consolidado de gestão não foi ainda preparado dando cumprimento integral e rigoroso à NCP 27 – Contabilidade de Gestão, em particular quanto ao previsto no parágrafo 34 da referida norma.

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto à matéria referida no parágrafo anterior, quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas" do Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Braga, 17 de junho de 2022

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.**  
(SROC 153; CMVM 20161463)  
Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM nº 20160219)



# **RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO**

## **EXERCÍCIO DE 2021**

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Cabeceiras de Basto** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### **1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:**

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Município;
- b) à semelhança dos exercícios anteriores, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos responsáveis das diferentes áreas do Município, em particular da área contabilística, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer no esclarecimento das questões que entendemos pertinentes sobre o processo de consolidação, apesar dos constrangimentos e dificuldades decorrentes do processo de transição para SNC-AP em curso.

### **2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos:**

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise das demonstrações financeiras consolidadas e demais documentos de prestação de contas, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais consolidadas, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

### **3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as seguintes observações:**

- a) a contabilidade, as demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações orçamentais consolidadas e o relatório consolidado de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade, bem como a situação patrimonial, financeira e orçamental do Grupo no exercício em causa, nos termos da opinião e das observações incluídas na certificação legal das contas consolidadas, emitida por nós na presente data;

- b) verificámos que, de um modo geral, foi seguido pelo Município o enquadramento previsto na NCP 22 – Norma de Contabilidade Pública sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e NCP 26 - Norma de Contabilidade Pública sobre a Contabilidade e Relato Orçamental, com vista à elaboração das demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e demais elementos de prestação das contas consolidadas.

**4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:**

- a) as contas consolidadas do Município e o respetivo relatório consolidado de gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da certificação legal das contas consolidadas e das notas anteriores, merecem globalmente uma apreciação positiva.

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores envolvidos.

Braga, 17 de junho de 2022

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.**  
(SROC 153; CMVM 20161463)  
Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Cabeceiras de Basto** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 86 837 602 euros e um total de património líquido de 79 879 969 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores do capital da entidade-mãe negativo de 2 491 014 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Cabeceiras de Basto** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Conforme referido nas Certificações Legais das Contas de exercícios anteriores, pelo facto de ainda se encontrar em curso um trabalho especialmente destinado à elaboração de estudo/dossier relativo à reflexão contabilística dos ativos fixos tangíveis do Município, cuja conclusão tem sido prejudicada pelos constrangimentos e efeitos decorrentes da situação pandémica que enfrentamos, persistem as limitações já anteriormente identificadas quanto à plenitude e rigor dos registos contabilísticos referentes à rubrica de ativos fixos tangíveis e correspondentes subsídios ao investimento (relevados no património líquido). Deste modo, consideramos ainda não dispor da prova de auditoria suficiente e apropriada para apurar e quantificar a eventual necessidade de ajustamentos no ativo e património líquido (resultados transitados, outras variações no património líquido) do Grupo decorrentes da situação descrita, bem como os correlativos efeitos no resultado consolidado do exercício, quer ao nível das depreciações, quer ao nível dos rendimentos referentes a trabalhos para a própria entidade e à imputação dos subsídios.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### **Ênfase**

Conforme divulgado no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, dada a complexidade do processo de transição para o novo referencial contabilístico (SNC-AP), o Grupo entendeu adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33 (tal como indicado na FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística), a qual prevê um período de três anos para a referida transição, por forma a assegurar a plenitude da mesma, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas. Face ao contexto descrito, apesar de os elementos de prestação das contas consolidadas referentes ao exercício de 2021 terem sido preparados e apresentados de acordo com o SNC-AP, os mesmos não cumprem ainda de forma integral e rigorosa todos os requisitos previstos no novo normativo, estimando-se que o processo de transição fique totalmente concluído até ao final do exercício de 2022.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas**

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo, que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita de 19 559 031 euros e um total de despesa de 18 228 564 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Pelo facto de o processo de transição para SNC-AP não se encontrar ainda totalmente concluído, conforme já referido acima, será necessário o Grupo proceder a alterações e implementar melhorias, de forma a garantir o integral e rigoroso cumprimento da NCP 26 quanto à preparação das demonstrações orçamentais consolidadas.

Em nossa opinião, exceto quanto à situação descrita, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

### **Sobre o relatório consolidado de gestão**

Tendo em conta o enquadramento descrito na secção "Ênfase" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, o relatório consolidado de gestão não foi ainda preparado dando cumprimento integral e rigoroso à NCP 27 – Contabilidade de Gestão, em particular quanto ao previsto no parágrafo 34 da referida norma.




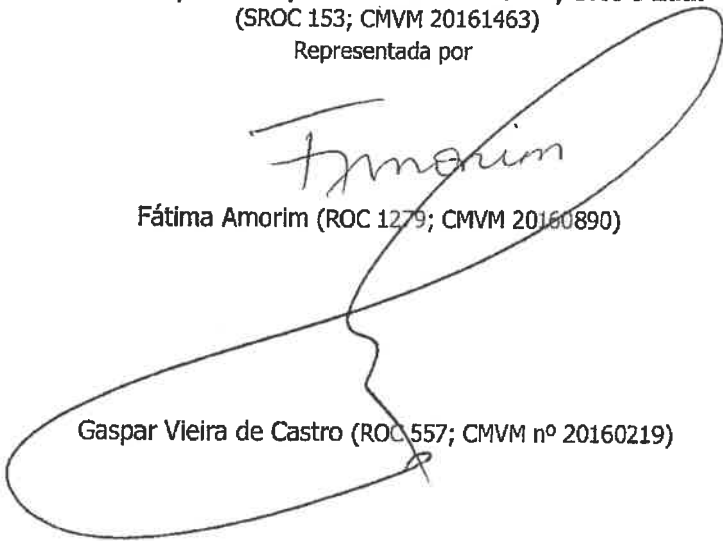
G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto à matéria referida no parágrafo anterior, quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas" do Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Braga, 17 de junho de 2022

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.**  
(SROC 153; CMVM 20161463)  
Representada por

  
Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

  
Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM nº 20160219)





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

## RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

### EXERCÍCIO DE 2021

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Cabeceiras de Basto** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### 1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Município;
- b) à semelhança dos exercícios anteriores, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos responsáveis das diferentes áreas do Município, em particular da área contabilística, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer no esclarecimento das questões que entendemos pertinentes sobre o processo de consolidação, apesar dos constrangimentos e dificuldades decorrentes do processo de transição para SNC-AP em curso.

#### 2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos:

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise das demonstrações financeiras consolidadas e demais documentos de prestação de contas, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais consolidadas, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

#### 3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as seguintes observações:

- a) a contabilidade, as demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações orçamentais consolidadas e o relatório consolidado de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade, bem como a situação patrimonial, financeira e orçamental do Grupo no exercício em causa, nos termos da opinião e das observações incluídas na certificação legal das contas consolidadas, emitida por nós na presente data;

1



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- b) verificámos que, de um modo geral, foi seguido pelo Município o enquadramento previsto na NCP 22 – Norma de Contabilidade Pública sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e NCP 26 - Norma de Contabilidade Pública sobre a Contabilidade e Relato Orçamental, com vista à elaboração das demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e demais elementos de prestação das contas consolidadas.

**4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:**

- a) as contas consolidadas do Município e o respetivo relatório consolidado de gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da certificação legal das contas consolidadas e das notas anteriores, merecem globalmente uma apreciação positiva.

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores envolvidos.

Braga, 17 de junho de 2022

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.**

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160898)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM 20160219)